



ENTREVISTA COM A PROFESSORA VICTORIA KANDEL: A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA AMÉRICA LATINA – GÊNERO, DEMOCRACIA E DISPUTAS CURRICULARES¹

Victoria Kandel²  

Luiz Gustavo Tirolí³  

Adriana Regina de Jesus Santos⁴  

Resumo

A entrevista com a professora Victoria Kandel, docente-pesquisadora da Universidade Nacional de Lanús (Argentina) e atual presidente da Rede Latino-Americana e Caribenha de Educação em Direitos Humanos, oferece uma reflexão crítica sobre os desafios e tensões que atravessam os processos educativos em direitos humanos na região. A partir de sua experiência acadêmica e militante, Kandel discute as disputas curriculares, a incorporação da perspectiva de gênero na formação jurídica e o papel estratégico da escola e da universidade na defesa da democracia frente ao avanço dos discursos neoliberais e antidereitos. O diálogo também aborda os impactos das desigualdades estruturais na formação docente, as resistências à inclusão e a urgência de construir práticas pedagógicas comprometidas com a justiça social, a equidade e a transformação democrática dos sistemas educativos. A entrevista convida a uma profunda reflexão sobre os desafios inerentes à Educação em Direitos Humanos na América Latina, especialmente no contexto escolar, marcado por tensões em torno do gênero, da consolidação democrática e da disputa do currículo como espaço de poder e terreno de resistência.

Palavras-chave: Educação em Direitos Humanos; Gênero; Justiça curricular; Democracia latino-americana.

Como citar

KANDEL, Victoria; TIROLI, Luiz Gustavo; SANTOS, Adriana Regina de Jesus. Entrevista com a professora Victoria Kandel: a Educação em Direitos Humanos na América Latina – gênero, democracia e disputas curriculares. **Educação em Análise**, Londrina, v. 10, p. 1-12, 2025. DOI: 10.5433/1984-7939.2025.v10.53279.



¹ Tradução feita com o auxílio do AI-GEMINI

² Doutora em Educação pela Universidade de Buenos Aires (UBA). Professor e pesquisador do Instituto de Justiça e Direitos Humanos da Universidade Nacional de Lanús (UNLa). Lanús, Buenos Aires, Argentina. Endereço eletrônico: kandelv@gmail.com.

³ Doutorando em Educação pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Graduado em Direito pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Londrina, Paraná, Brasil. Endereço eletrônico: tirolí@uel.br.

⁴ Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Docente da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Londrina, Paraná, Brasil. Endereço eletrônico: adrianar@uel.br.

ENTREVISTA CON LA PROFESORA VICTORIA KANDEL: LA EDUCACIÓN EN DERECHOS HUMANOS EN LATINOAMÉRICA - GÉNERO, DEMOCRACIA Y DISPUTAS POR EL CURRÍCULO

Resúmen: La entrevista con la profesora Victoria Kandel, docente-investigadora de la Universidad Nacional de Lanús (Argentina) y actual presidenta de la Red Latinoamericana y Caribeña de Educación en Derechos Humanos, ofrece una reflexión crítica sobre los desafíos y tensiones que atraviesan los procesos educativos en derechos humanos en la región. A partir de su experiencia académica y militante, Kandel discute las disputas curriculares, la incorporación de la perspectiva de género en la formación jurídica y el papel estratégico de la escuela y la universidad en la defensa de la democracia frente a los avances de discursos neoliberales y antiderechos. El diálogo también aborda los impactos de las desigualdades estructurales en la formación docente, las resistencias a la inclusión y la urgencia de construir prácticas pedagógicas comprometidas con la justicia social, la equidad y la transformación democrática de los sistemas educativos. La entrevista invita a una profunda reflexión sobre los desafíos inherentes a la Educación en Derechos Humanos en Latinoamérica, especialmente en el contexto escolar, marcado por tensiones en torno al género, la consolidación democrática y la disputa del currículo como espacio de poder y escenario de resistencia.

Palabras clave: Educación en Derechos Humanos; Género; Justicia curricular; Democracia latinoamericana.

INTERVIEW WITH PROFESSOR VICTORIA KANDEL: HUMAN RIGHTS EDUCATION IN LATIN AMERICA – GENDER, DEMOCRACY, AND CURRICULUM DISPUTES

Abstract: The interview with Professor Victoria Kandel, a faculty researcher at the National University of Lanús (Argentina) and current president of the Latin American and Caribbean Network for Human Rights Education, offers a critical reflection on the challenges and tensions affecting human rights education processes in the region. Drawing from her academic and activist experience, Kandel discusses curricular disputes, the incorporation of a gender perspective in legal education, and the strategic role of schools and universities in defending democracy against the advance of neoliberal and anti-rights discourses. The dialogue also addresses the impacts of structural inequalities on teacher training, resistance to inclusion, and the urgent need to build pedagogical practices committed to social justice, equity, and the democratic transformation of educational systems. The interview invites a deep reflection on the inherent challenges of Human Rights Education in Latin America, especially within the school context, marked by tensions surrounding gender, democratic consolidation, and the curriculum as a site of power and a stage for resistance.

Keywords: Human Rights Education; Gender; Curricular justice; Latin american democracy.

Introdução

A presente entrevista com a professora Victoria Kandel, docente-pesquisadora do Instituto de Justiça e Direitos Humanos da Universidade Nacional de Lanús (UNLa), Argentina, e atual presidente da Rede Latino-americana e Caribenha de Educação em Direitos Humanos, parte de seu compromisso consolidado com o estudo e a promoção da Educação em Direitos Humanos e da perspectiva de gênero na universidade. Sua trajetória acadêmica evidencia uma produção contínua orientada para a articulação entre formação em direitos humanos e cidadania, formação docente e gênero, e estudos sobre a universidade.

No projeto de pesquisa “Práticas em sala de aula e ensino do direito com perspectiva de gênero”, atualmente em desenvolvimento, a professora Kandel investiga como as práticas de ensino na graduação em Direito da Universidade de Buenos Aires podem (ou não) incorporar de forma crítica e efetiva a perspectiva de gênero. A proposta dialoga com investigações prévias e busca desnaturalizar discursos ainda hegemônicos nas salas de aula. Também investiga o conceito de “Justiça curricular” e, a partir dele, debate o modo como estão organizados os planos de estudo e o currículo em algumas universidades da Argentina.

A entrevista propõe um diálogo profundo sobre temas importantes para a educação latino-americana contemporânea, abordando o papel da escola na promoção dos direitos humanos, os desafios da formação docente orientada para a justiça social, os impactos do neoliberalismo sobre a educação inclusiva e o necessário diálogo entre escola e movimentos sociais. Também serão discutidas estratégias curriculares para a consolidação de uma cultura democrática e de direitos humanos no contexto escolar, com especial atenção às questões de gênero, diversidade e inclusão. Trata-se de uma oportunidade para refletir sobre os caminhos possíveis para a construção de uma educação crítica, comprometida e transformadora.

A Rede Latinoamericana e Caribenha de Educação em Direitos Humanos e o XI Colóquio na Costa Rica

Entrevistadores: Professora, como coordenadora da Rede Latino-americana e Caribenha de Educação em Direitos Humanos, a senhora esteve à frente de importantes iniciativas para fortalecer a educação em direitos humanos na região. Neste contexto, poderia

compartilhar conosco quais são as principais linhas de trabalho e objetivos da Rede? Além disso, recentemente foi realizado o XI Colóquio Latino-americano e Caribenho de Educação em Direitos Humanos na Universidade Nacional – Campus Omar Dengo, em Heredia, Costa Rica. Quais foram os temas centrais abordados neste encontro e que contribuições significativas a senhora considera que este colóquio deixou para o avanço da educação em direitos humanos na América Latina e no Caribe?

Professora Kandel: A Rede tem quase 20 anos de existência e, desde seus inícios, um dos principais objetivos foi sustentar um espaço de intercâmbio e interação entre docentes, acadêmicos e ativistas dos países da região. Com o passar do tempo, a rede foi crescendo em quantidade de pessoas e também em quantidade de países de pertencimento. Isso confere à rede uma grande capacidade de gerar laços e de mobilizar conhecimentos e experiências. O fortalecimento da rede, a possibilidade de distribuir experiências, materiais e saberes em torno da Educação em Direitos Humanos (EDH) é a principal linha de trabalho. Para isso, os Colóquios são a “matéria-prima” fundamental. Trabalhamos na organização dos colóquios com muita dedicação, buscando que cada vez mais pessoas se unam.

Uma segunda linha de trabalho tem a ver com as publicações. Buscamos contar com materiais que possam ser distribuídos em toda a região. Neste momento, estamos trabalhando em dois projetos editoriais: 1) a publicação das atas do XI Colóquio, com todas as apresentações feitas em maio na Costa Rica. 2) Estamos organizando um livro sobre Direitos Humanos e educação superior, que será publicado em 2026. Cabe esclarecer, além disso, que já temos outras publicações, produto dos colóquios prévios, e todas elas podem ser consultadas na página web da rede.

Quanto ao Colóquio 2025, continuamos a difundir os temas clássicos da Rede e da EDH, como tudo o que está vinculado a metodologias, didática e técnicas de ensino. Também esteve presente o trabalho sobre “Pedagogias da memória”, onde trabalhamos de maneira transversal políticas de educação para a memória em distintos países da região. Outra das linhas de trabalho que sempre está presente são os desafios que implica a inclusão de grupos vulneráveis (pessoas com deficiência, pessoas migrantes, membros de povos indígenas, minorias étnicas, etc.). Mas, além disso, este ano agregamos um eixo sobre EDH e desenvolvimento sustentável, no qual foram incorporadas perguntas e discussões sobre a educação ambiental e os compromissos internacionais assumidos pelos estados em matéria de prevenção, capacitação e educação ambiental. A educação para a paz foi outro dos temas muito mencionados e debatidos no colóquio. E, por último, abordou-se a mobilidade humana. Falamos de migrações internas

dentro dos países, bem como migrações internacionais. Aí se trabalhou sobre o direito humano a migrar, a situação de pessoas, grupos, crianças migrantes, deslocamentos forçados por razões climáticas ou conflitos bélicos e de outros tipos.

Os problemas são grandes, as dificuldades são crescentes. Portanto, é preciso reforçar o compromisso que os estados devem assumir na proteção dos direitos humanos.

Desafios para a efetividade dos direitos humanos na América Latina

Entrevistadores: Professora, a América Latina tem enfrentado historicamente múltiplos desafios relacionados aos direitos humanos, marcados por desigualdades sociais, violência estrutural e exclusão de grupos vulneráveis. Nos últimos anos, os movimentos sociais e as políticas públicas orientadas a garantir direitos têm disputado espaço em meio a retrocessos democráticos e tensões institucionais. Neste contexto, quais são os principais obstáculos para a efetividade dos direitos humanos na América Latina, considerando os impactos das desigualdades de classe, raça e gênero?

Professora Kandel: Este é um tema muito difícil, que foi amplamente mencionado no XI Colóquio e faz parte das atuais discussões na Argentina, na América Latina e no mundo. Qual é o papel do estado na proteção dos direitos humanos? Embora desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 parecia haver um “acordo” ou um “consenso” a respeito da responsabilidade estatal em matéria de garantia, prevenção e também reparação, esses consensos parecem estar se rompendo. Aparecem no mundo discursos políticos que buscam desarmar o paradigma dos direitos humanos. Acredito que este é o principal desafio que temos como educadores em direitos humanos: afirmar o papel do estado, mas também da sociedade na luta pela igualdade de direitos e a não discriminação. Os obstáculos são muitos, como, por exemplo, a retirada de apoio econômico para a educação ou a promoção de direitos.

Mas me parece importante mencionar que há alguns temas sobre os quais temos maior possibilidade de incidência, dado o lugar que ocupamos como educadores em nossos sistemas educativos. Nesse sentido, algo que preocupa é como a confiança na democracia na América Latina está diminuindo. Medições, por exemplo, do Latinobarómetro mostram como a indiferença da cidadania a respeito da democracia e de sua defesa está aumentando. Acredito que aí sim temos algo importante a fazer e é trabalhar com nossos estudantes na construção de

uma cultura democrática. O mesmo ocorre com a cultura de paz, que foi outro dos temas muito presentes no XI Colóquio. A resolução pacífica e dialogada de conflitos (inerentes a qualquer sociedade) é outra das tarefas que podemos assumir como educadores.

Ou seja, não vamos poder mudar todas as problemáticas que nos afligem como sociedade, mas podemos nos centrar em ver como incidir a partir de nosso espaço de trabalho: a sala de aula, o bairro, a comunidade. É a partir desses micromundos que nos vemos desafiados a promover uma cultura de paz e de proteção de direitos humanos.

Educação em Direitos Humanos em tempos de neoliberalismo

Entrevistadores: Em nossa realidade latino-americana e caribenha, o neoliberalismo tem impactado de maneira significativa as políticas educativas, evidenciando como o fortalecimento do setor privado tem debilitado o papel da escola pública como garante da justiça social e da inclusão. Diante de um cenário marcado pela crescente privatização e por políticas que priorizam o rendimento e a competitividade, surge a pergunta: é possível construir um processo educativo em direitos humanos que inclua a todas e todos os estudantes, sem importar sua classe social, gênero, orientação sexual ou origem étnico-racial? Que tensões se produzem entre as políticas educativas de cunho neoliberal e a promoção de uma educação emancipadora e transformadora em direitos humanos?

Professora Kandel: A segmentação dos sistemas educativos é, sem dúvidas, um grande problema. Encontramo-nos diante de circuitos diferenciados onde cada vez nos cruzamos menos com pessoas e grupos diferentes de nós. Antigamente, a escola era um lugar para “misturar-se” e conhecer-se com outros distintos de mim. Também o é a universidade, ao menos em algum ponto ainda o é na Argentina (embora também haja riscos). Não tenho como responder a esta pergunta, a não ser convidar(nos) a promover o encontro-com-outros. Os projetos educativos solidários são um exemplo e uma possibilidade para poder potencializar o conhecimento entre setores sociais distintos.

Outro dos problemas que vejo, em relação ao avanço do paradigma neoliberal, é a questão do individualismo. O mundo atual nos coloca, a nós e às gerações mais jovens, diante de um paradigma que ressalta os aspectos individuais e carrega de responsabilidade os sujeitos, esquecendo toda referência ao coletivo e às condições estruturais em que se vive. Nesse sentido,

é importante devolver às nossas comunidades educativas uma referência ao coletivo, aprender a sentir-nos parte de algo maior e que nos contenha. O coletivo, o grupal, é parte dos aprendizados e não apenas um dado da realidade escolar, comentou um dos convidados especiais do encontro, o Dr. Isbelino Siede.

Uma das características mais persistentes do neoliberalismo é sua capacidade de moldar não apenas a economia, mas também as formas de subjetividade. O individualismo neoliberal não deve ser entendido como uma simples exaltação do indivíduo, mas como uma configuração histórica de sentido na qual os sujeitos são interpelados a se verem como projetos pessoais, empreendedores de si mesmos e responsáveis únicos por seu destino. Podemos concordar que de alguma maneira isso é assim, ao nos assumirmos como agentes (agenciar-nos e perseguir o agenciamento de nossos estudantes), mas ao mesmo tempo é importante conhecer a dimensão estrutural, social e comunitária que nos constitui como sujeitos.

O individualismo baseado na competição, na auto-superação e na autorresponsabilidade, penetra na vida cotidiana, na cultura, na educação e nas relações sociais, erodindo formas coletivas de solidariedade.

Este giro subjetivo transforma a forma como os indivíduos enfrentam o sofrimento: os fracassos já não se explicam por estruturas injustas, mas pela falta de esforço ou de adaptação individual. Diante disso, os espaços de educação (tanto formal quanto não formal) são âmbitos privilegiados para recuperar a experiência do coletivo. Recuperar o vínculo é, pois, um desafio em tempos de forças centrífugas. A pedagogia do encontro tem um horizonte de emancipação, tal como o propunha o mestre Paulo Freire.

Direitos humanos e o papel da escola

Entrevistadores: Professora, a senhora tem falado amplamente sobre a importância da educação na promoção dos direitos humanos. Diante disso, como as escolas podem incorporar essa perspectiva no currículo escolar de forma a promover um ambiente mais inclusivo e democrático, que respeite e valorize as diversidades? Quais são os principais desafios para a implementação desse currículo que busca a criação, promoção e consolidação de uma cultura de direitos humanos no contexto escolar?

Professora Kandel: Acredito que o mais importante é voltar às coisas mais simples. O trabalho em equipe, o encontro com outros, o intercâmbio de ideias e o respeito pelas opiniões

alheias. "A construção de um mundo onde caibam muitos mundos". Volto com o tema do individualismo e da perda da experiência coletiva. Aí vejo um desafio, um grande problema, mas também uma oportunidade. A escola é o lugar do encontro, do intercâmbio e também da argumentação. E isso, creio eu, é fundamental na hora de consolidar uma democracia que possa deliberar, argumentar e optar por resolver os conflitos através de métodos que nos afastem da violência.

Educação e movimentos sociais

Entrevistadores: No Brasil, movimentos como o feminista, negro, indígena, LGBTQIA+, de trabalhadores sem-teto e rurais sem-terra, estudantil, ambientalista, entre outros, têm tentado marcar a necessidade de que a escola debata temas como: gênero, diversidade cultural, questões étnico-raciais, educação e sexualidade, meio ambiente e trabalho digno. Nesse sentido, como a escola pode se conectar com esses movimentos para promover uma educação transformadora e comprometida a partir de uma perspectiva curricular que contemple essas discussões?

Professora Kandel: Um dos conceitos que venho trabalhando há tempos é o de Justiça Curricular. Li-o pela primeira vez em um livro de Raewyn Connell (1995), professora e ativista australiana. Ela fala sobre Justiça Social na escola.

O currículo escolar é um recorte arbitrário que coloca em um cânone certos saberes e recortes da cultura e exclui outros. É por isso que a Justiça Curricular aponta para:

a) Recuperar a voz, os relatos e os saberes daqueles que habitualmente ficam de fora. Em distintos campos do saber isso acontece: medicina, direito, produção de alimentos, cuidado do meio ambiente. O currículo se ocupou de hierarquizar certos saberes e excluir outros, e uma justiça curricular poderia reverter isso. O mesmo ocorre com os grupos habitualmente excluídos ou silenciados (trabalhadores, diversidades sexuais, povos originários, grupos que sofrem).

b) Fazer com que as pessoas se sintam parte, mesmo aquelas que nunca se sentiram, fazer com que a universidade seja um lugar para elas, ainda que seja uma instituição que não foi pensada para elas. Um currículo justo inclui os sujeitos que estão presentes, embora nunca lhes tenha sido oferecido escutar sua voz. Incluir sua pessoa e incluir sua forma de ver o mundo.

c) Revisar a responsabilidade das instituições educativas na reprodução da desigualdade.

Estas são as três questões que a Justiça Curricular propõe, e não tenho dúvidas de que a Educação em Direitos Humanos (EDH) é uma prática de justiça curricular. Quando educamos em direitos humanos, estamos promovendo uma Justiça Curricular.

Formação de professores e justiça social

Entrevistadores: Professora, a educação é um dos principais instrumentos para promover a justiça social e combater as desigualdades. No entanto, para que a escola cumpra esse papel transformador, é essencial que os docentes sejam preparados não apenas como transmissores de conhecimento, mas como agentes críticos de mudança social. Nesse sentido, que desafios a senhora destacaria como os mais relevantes que os docentes enfrentam na atualidade? E como podemos preparar os educadores para que se tornem agentes de transformação social?

Professora Kandel: A formação docente é um dos grandes desafios. Um “currículo justo” deveria preparar as e os docentes para que possam enfrentar esse desafio com mais ferramentas.

Um tema interessante é assumir que a Educação em Direitos Humanos (EDH) não é algo que se faz se quiser, se tiver tempo, se for uma pessoa comprometida... A EDH faz parte dos compromissos internacionais assumidos pelos estados, no âmbito do sistema internacional de proteção de direitos humanos. Então, desde a Declaração Universal de 1948 até o Programa Mundial para a Educação em Direitos Humanos (iniciado em 2006 e ainda vigente), os estados assumiram uma responsabilidade em matéria de educação em direitos humanos. Fazê-lo não é questão de boa vontade, mas de cumprir com compromissos acordados. Além disso, é, acima de todas as coisas, afirmar um direito: o direito a receber educação em direitos humanos.

Perspectiva gênero na Educação em Direitos Humanos

Entrevistadores: Professora, ao longo de sua trajetória, a senhora tem investigado profundamente a inclusão da perspectiva de gênero nos processos educativos em direitos humanos, destacando sua importância para a construção de sociedades mais justas e igualitárias. Nesse sentido, qual é o lugar que a perspectiva de gênero deve ocupar nas políticas e práticas

educativas em nossa região? Como a educação em direitos humanos pode contribuir para dismantlar as estruturas patriarcais que ainda atravessam de forma tão marcada os contextos escolares na América Latina e no Caribe?

Professora Kandel: Tem-se avançado muito nesse aspecto, buscando desarmar estruturas patriarcais. Desarmaram-se formas de ensino, modos de nos relacionarmos e de nos pensarmos. Aprendemos a “desnaturalizar” os papéis de gênero. No entanto, ainda há muito por fazer. Nas universidades, por exemplo, continuam existindo aquilo que na Argentina chamamos de “matrículas feminizadas” e “matrículas masculinizadas”, referindo-se ao fato de que ainda há cursos e profissões onde a expectativa é que as mulheres atuem (por exemplo, enfermagem), e o mesmo ocorre com os homens (como, por exemplo, as engenharias). Há muito a ser feito ainda nesse sentido. E o mesmo ocorre com os espaços de poder e de tomada de decisões. Embora a universidade seja um lugar onde o acesso para mulheres e homens é bastante equitativo nos primeiros anos (ao menos na Argentina e nos países da região), não ocorre o mesmo com os cargos hierárquicos tanto na docência quanto na pesquisa, onde continuam persistindo estruturas patriarcais com uma presença majoritária de homens nos postos mais elevados da estrutura de poder. Há mais reitores homens, e mais diretores de equipe de pesquisa e mais titulares de cátedra homens que mulheres. Não alcançamos ainda uma estrutura igualitária nesses aspectos. No entanto, considero que foram muitos os avanços, sempre como produto de lutas, claro!

E, voltando às perguntas anteriores, embora haja avanços muito significativos, é importante cuidar do que foi conquistado, já que em tempos de avanço de uma cultura “antidireitos” estamos correndo o risco de sofrer retrocessos também nesse aspecto. São muitas “frentes” abertas.

Desafios dos movimentos de gênero na América Latina e o caminho para a justiça de gênero

Entrevistadores: Por último, professora, em diversos contextos latino-americanos, a implementação de propostas de educação sexual na escola tem enfrentado resistências, muitas vezes por tensionar normas sociais e culturais tradicionais. No entanto, a educação sexual é reconhecida como uma ferramenta chave para promover a igualdade de gênero, o respeito à diversidade e a prevenção das violências. De sua perspectiva, quais são as principais

contribuições da educação sexual na construção de uma escola comprometida com os direitos humanos? E que desafios enfrentam as e os docentes para incorporar esta perspectiva de maneira crítica, transversal e transformadora no currículo escolar?

Professora Kandel: Além de tudo o que foi dito anteriormente, a educação sexual tem sido uma das grandes conquistas, impulsionada por aqueles que lutaram pela igualdade de gênero. Nestes tempos de retrocesso e desconfiança em relação a essas lutas, creio que é importante reafirmar o compromisso. E transmitir uma mensagem clara: educação sexual não é ideologia de gênero. Educar em direitos humanos, em igualdade de gênero, conscientizar a respeito dos perigos do racismo e da aporofobia não é uma ideologia: é um compromisso assumido pelos estados em prol de difundir e promover uma cultura respeitosa dos direitos humanos.

Estamos vivendo retrocessos nesse sentido. Além dos discursos da liderança política, as redes sociais desempenham um papel fundamental na propagação de discursos de ódio e difamação a respeito dessa educação em direitos humanos. A escola deve cumprir seu papel no ensino sobre como desarmar discursos de ódio.

Para terminar, e voltando às suas perguntas iniciais sobre os desafios do tempo atual, a exposição às telas, às redes sociais e o recolhimento ao individual são assuntos a serem considerados de maneira urgente. Nesses espaços também se difundem ideias e se constrói uma cultura que desconfia e até ofende os direitos humanos. Mas se propaga com muita eficácia. Temos que estar atentos e ser criativos para reagir o quanto antes ao avanço das mensagens que buscam desarmar o que com tanto esforço construímos.

CRediT

Reconhecimentos:	Agradecemos à professora Victoria Kandel pela entrevista concedida.
Financiamento:	Agradecemos à Fundação Araucária (FA) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
Conflito de interesses:	Os autores certificam que não possuem interesse comercial ou associativo que represente um conflito

	de interesses em relação ao manuscrito.
Aprovação ética:	Não se aplica.
Contribuição dos autores:	KANDEL, V.: conceituação, curadoria dos dados e análise formal; TIROLI, L. G.: elaboração das perguntas, transcrição dos dados, organização da informação e revisão do texto; SANTOS, A. R. de J.: curadoria dos dados, análise formal e revisão do texto.

Submetido em: 10 de março de 2025

Aceito em: 20 de abril de 2025

Publicado em: 22 de junho de 2025

Editor de seção: Quenizia Vieira Lopes

Membro da equipe de produção: Junior Peres de Araujo

Assistente de editoração: Simone Steffan Retkva